



UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

MARILIA MOREIRA DOS ANJOS

BELO HORIZONTE

2011



MARILIA MOREIRA DOS ANJOS

**ANÁLISE DA AVALIAÇÃO ESCOLAR DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DE BETIM:
SUAS ABORDAGENS NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora: Prof^a Ms. Jussara Bueno de Queiroz Paschoalino

BELO HORIZONTE

2011

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso analisa o PPP - Projeto Político-Pedagógico, de uma escola municipal do interior de Minas Gerais, abordando como a Avaliação vem sendo tratada nesta unidade de ensino. Os aspectos abordados na análise levaram em consideração os instrumentos de avaliação propostos pela instituição e foram elencados questionamentos sobre a sua contribuição, para que os educandos tenham realmente uma educação com qualidade social.

SUMÁRIO

Introdução.....	5
Desenvolvimento.....	7
Conclusão.....	11
Referência bibliográfica.....	12
Anexo.....	13

Introdução

A Gestão Democrática tem sido amplamente discutida nas diversas instâncias da educação e é concebida como a prática que garante, ou pelo menos pretende garantir, uma participação efetiva dos agentes que fazem parte da comunidade escolar que envolve os pais, alunos, professores, funcionários na construção de uma educação de qualidade. Nessa perspectiva, podemos citar a CONAE (2010) e a LDB (1996) esses dois documentos salientam a importância de instaurar nas escolas a gestão democrática Assim,

A educação com qualidade social e a democratização da gestão, implicam a garantia do direito à educação para todos, por meio de políticas públicas, materializadas em programas e ações articuladas, com acompanhamento e avaliação da sociedade, tendo em vista a melhoria dos processos de organização e gestão dos sistemas e das instituições educativas. Implicam, também, processos de avaliação, capazes de assegurar a construção da qualidade social inerente ao processo educativo, de modo a favorecer o desenvolvimento e a apreensão de saberes científicos, artísticos, tecnológicos, sociais e históricos, compreendendo as necessidades do mundo do trabalho, os elementos materiais e a subjetividade humana. (CONAE, 2010, p.43).

Essa lógica educacional já estava evidenciada nos ditames legais conforme reza na LDB (1996) em seu artigo terceiro, inciso IX, as instituições escolares devem oferecer “padrões mínimos de qualidade de ensino definido como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem”.

O Projeto Político Pedagógico - PPP da escola analisada se embasou nos documentos legais, pois como um instrumento de participação coletiva deveria retratar a realidade escolar de forma pertinente e garantir o seu funcionamento como nele é proposto. O Projeto Político-Pedagógico, em âmbito federal, é citado pela Lei de Diretrizes e Bases, Lei 9394/96. Essa lei traz no em seu artigo 12 inciso I a determinação de que: “Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica”. (BRASIL, 1996). E para cumprir essa incumbência o seu artigo 13 inciso I estabelece que: “Os docentes incumbir-se-ão de participar da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino”. (BRASIL, 1996).

Pesquisando o conceito de Projeto Político Pedagógico, encontramos a seguinte definição dada por Vasconcelos (2010):

É o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se

aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação. (op. cit. p.169).

Nesse sentido o PPP é um documento que propicia a organização e é mediador de decisões e ações, norteando todo o trabalho escolar. E para que esse trabalho escolar seja bem sucedido é preciso haver acompanhamento, participação e avaliação de todos os envolvidos no processo. É de extrema importância a participação coletiva na construção, na execução e na avaliação do projeto. Nesse âmbito, vale questionar: Como o PPP vem sendo realmente desenvolvido na escola? Como avaliar a participação de cada agente que dele participa? Como a participação dos envolvidos no processo vem sendo avaliada?

A partir dessas colocações é que proponho uma análise do processo de avaliação do PPP da Escola Municipal Gino José de Souza e como este vem sendo desenvolvido nesta unidade de ensino visando garantir uma educação de qualidade aos educandos.

Desenvolvimento

A organização do trabalho escolar pressupõe a participação efetiva de todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem. Nesse sentido, espera-se que haja um envolvimento pleno de toda a comunidade escolar na elaboração e construção do Projeto Político-Pedagógico da Unidade Escolar para que se alcance uma educação de qualidade. Para tanto se exige que as ações sejam articuladas de tal modo que o processo de ensino aprendizagem seja mais significativo e produtivo.

Analisando o Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Gino José de Souza constatei que a Avaliação estava muito restrita ao desempenho da aprendizagem dos alunos, não fazendo nenhuma alusão à avaliação da instituição, dos projetos existentes na escola e até mesmo de funcionários e professores envolvidos no processo de ensino aprendizagem. Também não apresentou proposta uma avaliação do PPP.

Na perspectiva da Gestão Democrática acredita-se que a avaliação deve perpassar por todos os segmentos envolvidos no processo de ensino - aprendizagem e deve ocorrer de forma constante. Assim como a Educação deve considerar o aluno como um todo, a avaliação, pelo documento final da CONAE (2010), também deve ser ampla e considerar todos os atores envolvidos no processo, além de considerar também os fatores que, por ventura, venham a influenciar o processo de ensino aprendizagem, sejam eles:

[...] os impactos da desigualdade social e regional na efetivação e consolidação das práticas pedagógicas, os contextos culturais nos quais se realizam os processos de ensino e aprendizagem; a qualificação, os salários e a carreira dos/das professores/as; as condições físicas e de equipamentos das instituições; o tempo de permanência do/da estudante na instituição; a gestão democrática; nos projetos político-pedagógicos e planos de desenvolvimento institucionais, construídos coletivamente; o atendimento extraturno aos/às estudantes que necessitam de maior apoio; e o número de estudantes por professor/a em sala de aula, dentre outros... (CONAE, 2010, p. 39).

Nesse sentido, a avaliação é entendida é percebida como fator primordial no desenvolvimento de qualquer instituição escolar. No entanto, isso não é contemplado no Projeto Político Pedagógico da Escola Gino.

A avaliação é um elemento crucial no contexto escolar por ser através dela que conseguimos detectar as falhas e a partir delas procurar rever algumas práticas e

posturas. O próprio PPP da escola apontou a necessidade de um olhar diferenciado para a avaliação. Nesse âmbito, ela é vista como diagnóstica, por indicar o que deve ser feito para se alcanças os objetivos previamente determinados. (PPP p.11). Mas, e a partir daí? O que vem sendo proposto? Que tratamento vem sendo dado àqueles alunos que não conseguem acompanhar de maneira satisfatória o que é ensinado? Como vem sendo feita a avaliação dos métodos utilizados pelo professor em sala de aula?

Analisando a PPP da escola Municipal Gino José de Souza e confrontando-o com a prática dos educadores constatei que a Avaliação ainda está muito restrita às provas e atividades escritas, caracterizando uma prática bem tradicional. E, que quando há uma proposta de inovação sempre há certo desinteresse por parte de alguns educadores, dificultando a ocorrência de uma prática transformadora. Baseada em Vasconcellos (2010) podemos dizer que há, nesse sentido, uma situação de alienação:

A situação de alienação se caracteriza pela falta de compreensão e domínio nos vários aspectos da tarefa educativa. Assim, percebemos que ao educador falta clareza com relação à *realidade* em que ele vive, não dominando, por exemplo, como os fatos e fenômenos chegaram ao ponto em que estão hoje (dimensão sociológica, histórico-processual); falta clareza quanto à *finalidade* daquilo que ele faz: educação para quê, a favor de quem, contra quem, que tipo de homem e de sociedade formar, etc. (dimensão política, filosófica), e, finalmente, falta clareza, como apontamos antes, à sua *ação* mais específica em sala de aula (dimensão pedagógica). Efetivamente, faltando uma visão de realidade e de finalidade, fica difícil para o educador operacionalizar alguma prática transformadora, já que não sabe bem onde está, nem para onde quer ir. (op.cit. p.25).

Percebemos com isso que precisamos rever a prática pedagógica no intuito de melhorar processo ensino-aprendizagem e conseqüentemente os métodos avaliativos na escola Gino. Tornam-se necessárias, então, algumas intervenções no sentido de garantir que todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem se conscientizem que a mudança é necessária e que revejam suas práticas.

Percebe-se também que não há no PPP desta escola uma definição precisa de como se dará a avaliação. Tudo é colocado de maneira sintética, subjetiva, não especificando como se dará cada tipo de avaliação citada, nem como será o tratamento atribuído aos diferentes níveis de aprendizagem que a escola possui e como serão as ações para se alcançar os objetivos propostos. Encontramos, por exemplo, um trecho que diz que “[...] a avaliação de desempenho de nossos alunos deve ser entendida como um instrumento a serviço da aprendizagem, da melhoria do trabalho dos professores, do

aprimoramento da escola.” (PPP p.21.). Destarte, se propõem que sejam avaliados todos os envolvidos no processo. No entanto, só há proposta de avaliação para os alunos, como podemos perceber nos seguintes trechos:

Avaliamos para esclarecer aos alunos quanto aos seus pontos fortes e fracos, quanto aos conteúdos que merecem sua atenção, quanto a aspectos onde eles devem centrar esforços. Avaliamos para qualificar a aprendizagem, identificar problemas, encontrar soluções, aprender sempre. (PPP. p.21)

Avaliaremos da seguinte forma: Memorial, Registro de Desenvolvimento do Educando (RDE), Portfólio, Conselho de Classe, Observação em sala de aula, Verificação de aprendizagem, Debates, Exposições de trabalho, Relatórios, Testes escritos, Testes orais, Auto-avaliação, Avaliação sócio-afetiva. (PPP. p.21).

Não há definido como se dará a avaliação dos demais envolvidos, seja professor, pedagogo, funcionário ou instância da escola. Como saber se a prática utilizada foi bem sucedida? Como esperar por mudança de postura se a mesma não for avaliada constantemente? Por que não fazer uma avaliação coletiva de todo o processo e dos participantes da avaliação escolar, e não só avaliar o aluno, que nada mais é do que o fruto das práticas apresentadas? Se o aluno não acompanha, não poderia ter a ver com a maneira como ele vem sendo avaliado? Temos consciência de que a avaliação do aluno não pode ocorrer separadamente da instituição escolar, pois o rendimento do aluno está diretamente relacionado às condições da instituição e também ao projeto político pedagógico.

A avaliação da instituição escolar não pode se restringir a um processo técnico pelo fato de ela estar inserida em um projeto político pedagógico. Nesse contexto, Celso Vasconcelos (2003), acredita na avaliação como uma prática transformadora devendo ser considerada como um compromisso de todos com a aprendizagem e com a mudança institucional. Nessa perspectiva, percebemos a extrema importância de se discutir um referencial para o Projeto Político Pedagógico desta unidade de ensino, no intuito de propiciar momentos de interação de toda comunidade escolar para que seus objetivos sejam alcançados.

É notável que a mudança nas práticas pedagógicas seja bastante complexa e que a maioria dos educadores sempre demonstra alguma resistência quando o assunto é mudança. No entanto, é preciso que todos se conscientizem da necessidade de haver na escola um sistema de avaliação diferenciado que propicie aos alunos uma

educação com qualidade. É necessário que todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem sejam avaliados no intuito de verificar em que pontos acertaram e em que pontos precisam se adequar para atender aos educandos de maneira satisfatória. Baseados em Vasconcelos (2010) acreditamos que tais ações por ele propostas ajudem na mudança da prática,

[...] para superar bloqueios e apontar caminhos, a fim de fazer do Planejamento um *Métodos* de trabalho do educador (pessoal e coletivamente), que o ajude na tarefa tão urgente e essencial de transformar a prática, na direção de um ensino mais significativo, crítico, criativo e duradouro, como mediação para a construção da cidadania, na perspectiva da autonomia e da solidariedade. Que efetivamente deixe de ser visto como função burocrática, formalista e autoritária, e seja assumido como forma de resgate de trabalho, de superação da alienação, de reapropriação da existência. (p. 200)

Assim, com todos os autores envolvidos no processo de avaliação, poderemos verificar realmente se os alunos estão aprendendo de maneira significativa e se os objetivos da escola estão sendo alcançados.

Conclusão

Mudar a avaliação não é tarefa fácil! Mesmo porque a escola já convive com essa prática tradicional há muito tempo. A mudança de paradigmas sempre é vista como uma incógnita e está envolta de pensamentos que nem sempre condizem com a mudança da prática, justamente por esta ser algo tão desafiador.

A análise efetuada apontou que PPP da escola em questão apresentou dicotomia em sua redação. Ao mesmo tempo, em que estabeleceu os princípios democráticos da avaliação, se restringiu apenas a avaliação do aluno, sem envolver toda a comunidade escolar. Dessa forma, permitiu a reflexão da fragilidade da avaliação, enquanto propulsora de mudança de caminhos.

Referências bibliográficas

BRASIL, *Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acessado em 05 de fevereiro de 2011.

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **Documento Final do Conselho Nacional de Educação – CONAE**, 2010. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 30-05 -2010

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Avaliação da Aprendizagem: Práticas de mudança**. São Paulo, libertad, 2003.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: Projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico**. 17 ed. São Paulo: Libertad, 2010.

Anexo

UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO (LATU SENSU) EM GESTÃO ESCOLAR
PROJETO VIVENCIAL

PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO

MARILIA MOREIRA DOS ANJOS

BELO HORIZONTE

2011



MARILIA MOREIRA DOS ANJOS

PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO

Projeto Político Pedagógico apresentado ao Curso de Especialização (Latu Sensu) em Gestão Escolar da Faculdade de Educação, Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Gláucia de Fátima Silva

BELO HORIZONTE

2011

“Não se pode mais admitir que uma instituição em processo de evolução esteja dividida em compartimentos.

Repensar, decidir e agir, ousando olhar e trilhar novos horizontes valorizando os talentos humanos da sua instituição fará com que ela possua um grande diferencial.”

(Silvana Sator)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	5
FINALIDADES DA ESCOLA.....	7
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	9
CURRÍCULO.....	11
TEMPO E ESPAÇO ESCOLAR.....	13
PROCESSO DE DECISÃO.....	13
RELAÇÕES DE TRABALHO	14
AVALIAÇÃO.....	17
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	21
ANEXOS.....	22

Introdução

A Escola Municipal Gino José de Souza se localiza à Rua Amoreiras, nº. 176, bairro São João, em Betim/MG. Está inserida em uma comunidade onde a maioria das famílias é bastante carente financeiramente e também culturalmente, não possui espaços de lazer tais como praças, parques, quadras comunitárias etc. Possui apenas um campo de futebol.

A rotatividade dos moradores é muito grande e, por esse motivo, durante todo o ano letivo convivemos com transferências de alunos para outras escolas e com novas matrículas. Os pais são bastante participativos dentro da escola, procurando acompanhar a vida escolar de seus filhos. Apesar de essa participação ainda não abranger a todos os pais, já houve um progresso muito grande nesse sentido.

A escola conta atualmente com 70 funcionários sendo assim distribuídos nos segmentos: 20 professores PI, que trabalham com 1º e 2º ciclos; 18 professores PII, que trabalham com 3º e 4º ciclos; 06 técnicos de secretaria, 04 técnicos de biblioteca; 13 Agentes de Serviços Escolares; 04 agentes de limpeza da Firma Setsys; 04 pedagogas; 01 secretária; 02 vices-diretoras; 01 diretora; 01 coordenadora do Programa Escola da Gente; monitores do Programa Escola da Gente;

A escola conta com uma estrutura básica/padrão pré-estabelecida pela Prefeitura. Possui 15 (quinze) salas de aula amplas e arejadas, todas com quadro branco para utilização dos professores; 01 (um) laboratório de informática com 30 (trinta) computadores; 01 (uma) biblioteca bastante pequena que não atende a demanda; banheiros separados para alunos, professores e agentes de limpeza, somando 05 (cinco) banheiros; Cantina e refeitório amplos, que foram reformados no ano de 2009; 02 (duas) quadras esportivas, sendo uma delas coberta; pátios amplos; espaço para horta; estacionamento; secretaria, sala de professores, sala de Direção, Sala do SOESP, sala de tesouraria, todos em perfeitas condições de uso. Ainda não possuímos um laboratório de ciências nem auditório para eventos com a comunidade.

O bairro possui uma igreja católica e muitas igrejas evangélicas. A maioria da comunidade, e conseqüentemente dos alunos, tem participação em alguma igreja. A escola é utilizada constantemente para eventos cristãos, envolvendo grande parte da comunidade e a participação de vários alunos.

A maioria dos alunos vê na escola um único espaço de lazer e divertimento nos horários extra-turmo e finais de semana, quando ocorrem os programas “Escola Aberta” e “Esporte e Lazer da Cidade”.

A escola brasileira encontra-se hoje enredada em inúmeras esferas de complexidade. Às vezes sem identidade, às vezes julgando-se onipotente, vanguardista ou tradicional, às vezes alienando-se do mundo e da comunidade onde se acha inserida, a escola perde-se num contexto de grandes e constantes mudanças, de instabilidades, de expectativas e angústias. Encontrar-se é, sem dúvida, o mais lúcido anseio que se infiltra no cotidiano da escola, que busca incessantemente resignificar-se. Dizer a que veio. Explicitar sua finalidade. Encontrar-se para construir práticas educativas consistentes. Olhar-se para conseguir lidar com a dialética da complexidade/simplicidade, com os extremos e com o equilíbrio, com o caminho da harmonia, dos contrastes do diálogo, dos encontros e desencontros, dos encantos e desencantos. Nesse sentido acreditamos que a construção do PPP deve ser coletiva, pois

engloba o convívio de toda uma comunidade escolar com suas diferenças e a vontade de ver uma escola diferente. Nesse contexto,

“o PPP, ao se colocar como espaço de construção coletiva, direciona sua constituição para consolidar a vontade de acertar, no sentido de educar bem e de cumprir o seu papel na socialização do conhecimento. Assim, o PPP deve expressar qual é o seu cerne, o eixo e a finalidade da produção do trabalho escolar” (OLIVEIRA, 2004, P.)

É nessa perspectiva que o Projeto Político Pedagógico ganha uma relevância. Ele é um instrumento que a escola possui para analisar a realidade objetivando a transformação da mesma, através de ações articuladas e elaboradas na busca pela qualidade da educação. O PPP viabiliza a interação entre os autores envolvidos de maneira que a escola ganha forças para reconhecer-se, encontrar-se, valorizar-se, assenhorar-se de sua identidade, propor-se à comunidade. Isso só é possível porque o Projeto Político Pedagógico exige que sua construção – nunca definitiva – seja participativa. Nesse sentido, Azevedo (2004) relata que

“ é inegável a importância do Projeto pedagógico, particularmente quando se assume o seu significado como Projeto Político Pedagógico (PPP), o que ocorre quando o seu processo de elaboração e implementação se pauta pelo princípio democrático da participação e, portanto, como um dos elementos do exercício da gestão escolar democrática.”

Sendo a escola um espaço de relações interpessoais, são as pessoas que imprimem vida ao cotidiano; elas é que estabelecem compromisso com uma caminhada coletiva; elas é que se co-responsabilizam pela transformação. Nesse âmbito é que a Escola Municipal Gino José de Souza se propõe ao desenvolvimento deste Projeto Político Pedagógico, buscando consolidar ações na busca de uma educação de qualidade¹.

- (1) Entende-se por educação de qualidade o processo que envolve o trabalho comprometido dos educadores com a função social da escola, com a aprendizagem significativa para o aluno visando seu desenvolvimento pleno e o preparo para exercer a cidadania. Essa educação de qualidade está prevista na Lei 9394/96 LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica) em seu artigo 3º inciso IX – Garantia de padrão de qualidade.

Finalidades da escola

Atualmente a sociedade retrata um contexto de discriminação e marginalização por que passa o povo brasileiro e a escola tem um papel fundamental de trabalhar a identidade da comunidade. Quanto mais a comunidade se reconhecer e historicizar sua trajetória e sua caminhada, mais participará dos processos de deliberação e decisão de seu destino. Assim, é papel da escola: atuar no sentido de oportunizar aos alunos a apropriação dos conhecimentos humanos e técnicos historicamente produzidos, projetando-se para mais além; conhecer os alunos e a comunidade como sujeitos históricos, capazes também de produzir cultura e conhecimento, capazes de questionar o conhecimento dado e propor novas alternativas sociais e educacionais, preocupando-se com a formação de um cidadão consciente e participativo na sociedade em que está inserido.

Este é um novo papel para a escola. Quantas vezes não nos esquecemos de que a escola não é apenas o professor, mas uma comunidade? É muito bonito chamar os pais e mães para uma reunião na escola e entregar para eles o Boletim, mas quando é que chamamos para nos ajudar a pensar os rumos da escola? Para nos ajudar a refletir sobre os nossos próximos passos? Para avaliar conosco o trabalho que temos realizado? Nesse sentido o trabalho pedagógico é centrado no interesse e na necessidade do aluno. O papel do professor é o de facilitador do processo, articulador de ações. O memorial e o diagnóstico são os referenciais para todo o trabalho na escola.

Atualmente, a organização da escola, pautada na gestão democrática, tem sido um grande desafio para os gestores escolares. Na maioria das vezes o diálogo e a participação das pessoas na gestão da escola se detém apenas em grupos de representação (Colegiado, Conselho Escolar, Grêmios Estudantil etc.) que não tem contribuído significativamente na construção de uma escola de qualidade. Essas pessoas são atoras no coletivo da escola e por esse motivo percebemos que a participação delas na construção do PPP também pode ser de grande importância. Segundo OLIVEIRA,

“ O PPP da escola deve, de fato, mostrar a escola, com sua cultura organizacional, suas potencialidades e suas limitações. Nessa direção, o PPP, ao se colocar com espaço de construção coletiva, direciona sua constituição para consolidar a vontade de acertar, no sentido de educar bem e de cumprir o seu papel na socialização do conhecimento. Assim, o PPP deve expressar qual é o cerne, o eixo e a finalidade da produção do trabalho escolar.”

A escola, desde a sua invenção, sempre esteve a serviço de grupos que detinham o poder. Assim, a escola conseguia fazer o duplo papel de reproduzir a estrutura social dominante ao mesmo tempo em que se tratavam diferentemente os estudantes das diversas classes sociais.

Se a escola já esteve submetida a interesses ideológicos de grupos dominantes, agora é mais do que hora de ela servir os interesses da comunidade. Percebendo os anseios, as expectativas e os desejos da comunidade, a escola pode redimensionar seu currículo, suas atividades e sua metodologia para atender às necessidades educacionais do povo a quem ela serve. Nessa perspectiva procuramos implementar na escola a participação de toda a comunidade na construção de uma aprendizagem significativa. Segundo Souza (2005, página.....)

O processo de seleção da cultura, materializado no currículo e, em especial, nos conhecimentos a serem trabalhados, deve estar intimamente relacionado à experiência de vida dos alunos, não como mera aplicabilidade dos conteúdos ao cotidiano, mas como possibilidade de conduzir a uma apropriação significativa desses conteúdos.

Assim, escola e comunidade buscarão meios para que se obtenha uma educação significativa e de qualidade social.

Estrutura organizacional

A escola conta com uma estrutura básica/padrão pré-estabelecida pela Prefeitura. Possui 15 (quinze) salas de aula amplas e arejadas, todas com quadro branco para utilização dos professores; 02 (dois) laboratórios de informática, sendo que um deles está em processo de instalação; 01 (uma) biblioteca bastante pequena que não atende a demanda; banheiros separados para alunos, professores e agentes de limpeza, somando 05 (cinco) banheiros;

Cantina e refeitório amplos, que foram reformados no ano de 2009; 02 (duas) quadras esportivas, sendo uma delas coberta; pátios amplos; espaço para horta; estacionamento; secretaria, sala de professores, sala de Direção, Sala do SOESPE(Serviço de Orientação e Supervisão Escolar), sala de tesouraria, todos em perfeitas condições de uso. Ainda não possuímos um laboratório de ciências.

A Escola Municipal Gino José de Souza atende a alunos do Ensino Fundamental (1º ao 9º ano) e a modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos). A escola também cede espaço para 04 (quatro) turmas do Ensino Médio da Escola Estadual Professor Carlos Lúcio de Assis.

No 1º turno temos 15 (quinze) turmas, sendo 09 (nove) do 1º ciclo e 06 (seis) do 2º ciclo, com uma carga horária de 04 (quatro) horas diárias e um total de 429 (quatrocentos e vinte e nove) alunos.

No 2º turno temos 15 (quinze) turmas, sendo 03 (três) do 2º ciclo, 07 (sete) do 3º ciclo e 05 (cinco) do 4º ciclo, com carga horária diária de 04 (quatro) horas para o 2º ciclo e de 04 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos para o 3º e 4º ciclos, somando um total de 436 alunos.

No 3º turno temos 09 (nove) turmas, sendo 03 (três) do 1º segmento (1ª à 4ª séries) e 06 (seis) do 2º segmento (5ª à 8ª séries), com carga horária de 04 (quatro) horas diárias e o total de 261 alunos.

O número de professores do Ensino Fundamental é 13 (treze) professoras que atuam no 1º ciclo, 10 (dez) professoras que atuam no 2º ciclo, 12 (doze) que atuam no 3º ciclo e 07 (sete) que atuam no 4º ciclo. Na EJA (Educação de Jovens e Adultos) temos 03 (três) professoras atuando no 1º segmento e 07 (sete) no 2º segmento.

Somando temos um total de 24 (vinte e quatro) professoras PI e 19 (dezenove) professores PII.

O quadro de funcionários técnico/administrativos da escola está composto por: 01 Diretora, 02 vices-diretoras, 01 tesoureiro, 01 coordenadora do programa Escola da Gente. Na secretaria contamos com 01 (uma) secretária que atende os 03 (três) turnos da escola; 02 (dois) técnicos de secretaria no 1º turno, 02 (dois) técnicos de secretaria no 2º turno e 01 (um) técnico de secretaria no 3º turno. Na biblioteca temos 02 professoras PI em desvio de função que desenvolve o trabalho da biblioteca no 1º turno; 02 professoras PI em desvio de função que desenvolve o trabalho da biblioteca e 01 técnico de biblioteca; 01 professora PI em desvio

de função que desenvolve o trabalho da biblioteca no 3º turno. Temos atualmente na equipe de coordenação pedagógica 02 pedagogas no 1º turno, 02 pedagogas no 2º turno, 01 pedagoga no 3º turno (Hora extra).

O trabalho pedagógico é centrado no interesse e necessidade do aluno. O papel do professor é de facilitador do processo e articulador de ações.

O memorial e o diagnóstico serão os referenciais para todo o trabalho na escola.

Memorial: Resgate da história de vida de cada educando: suas memórias, suas origens, sua família, suas condições sociais e culturais, sua utilização do tempo para estudo, seu lazer etc., e do espaço (onde vai, de onde vem, como se movimenta no bairro, na cidade, etc.), suas expectativas, desejos, angústias e sonhos.

Diagnóstico: de fundamental importância, trará elementos para um planejamento lúcido e efetivo do trabalho. Inicialmente, far-se-á um diagnóstico a fim de se levantar habilidades de leitura e a produção de texto (orais e escritos). O diagnóstico permitirá que o coletivo de educadores identifique as habilidades que os alunos já desenvolveram e as que ainda devem ser trabalhadas.

A organização do processo ensino aprendizagem passa a ter uma dimensão de tempo flexível e ampla, rompe com um sistema rígido de turmas em salas e passa a considerar as demandas de aprendizagem apontadas no memorial e diagnóstico.

“A composição do coletivo de cada Ciclo se dá com um número maior de professores para garantir a construção de projetos, momentos de estudo, intervenções pedagógicas específicas.”

Cabe ao coletivo de professores desenvolver a programação curricular a partir de análise do diagnóstico, observações e reflexões realizadas.

Organização Curricular

O currículo eurocêntrico não expressa a nossa realidade e ainda é uma forma de opressão. A escola é um território onde identidades sociais são construídas e, ali, professores e estudantes compartilham histórias, origens, formação pessoal e familiar, pertencimentos étnico-raciais. Infelizmente, as múltiplas identidades que formam o povo brasileiro não são contempladas pelo currículo. Predomina, ainda, uma supervalorização dos brancos no currículo escolar e uma inferiorização dos negros, dos indígenas e de alguns imigrantes. Um novo currículo deve considerar as origens do povo brasileiro e contribuir para que os alunos reconheçam e valorizem suas origens e sua brasilidade. Este é o maior impacto que um currículo inclusivo poderia trazer; auto-estima dos educandos negros e negras, indígenas e descendentes de imigrantes asiáticos. Outra repercussão de um currículo que considere a história da humanidade a partir da história africana seria o de escolha do livro didático, bem como das atividades e estratégias utilizadas em sala de aula e em auditórios. Dessa forma, poder-se-ia desconstruir uma ideologia que perpassou, durante muito tempo, as opções curriculares brasileiras e, até hoje, estão arraigadas no cotidiano escolar.

Parece-nos que, até hoje, há uma imensa dificuldade em se comprometer à importância da organização curricular da escola para a construção de identidades. A questão identitária sempre foi muito mal trabalhada na escola e nunca foi valorizada. A realidade onde atuamos aponta para passos importantes que não podem mais ser postergados. E a construção curricular é uma delas. É mais que hora de nos posicionarmos ousadamente e (re) afirmamos as opções curriculares que desejamos. Como não existe neutralidade em educação e nem tampouco “currículo neutro”, é necessário discernirmos, com coerência, os princípios que fundamentam nossas opções e nossas proposições curriculares. Um dos princípios é o filosófico. Ele pode garantir espaços que desenvolvam a consciência política e histórica da diversidade. Assim, ao valorizarmos a história da África e a rica cultura que nos foi legada,

colaboramos para ampliar os espaços não-discriminatórios de convivência e de igualdade de direitos. Outro princípio é o epistemológico, que embasa um processo ensino-aprendizagem libertador e transformador. Entendo que o professor (a) não é aquele que sabe tudo e vai tirar seus alunos das trevas da ignorância. O educador é mais que tudo, aquele que interage com seus educandos e provoca a reflexão crítica. Os alunos não ficam relegados à passividade, mas são protagonistas do seu aprender, do seu conhecer, do seu ser e estar no mundo. O princípio didático-pedagógico refere-se ao cotidiano educativo, às práticas pedagógicas que ocorrem no dia a dia da escola, no chão onde as inter-relações acontecem. As práticas educativas revelam concepções, ideologias e posturas. Educar na diversidade e para a diversidade pressupõe desvelar as situações de discriminação, exclusão e racismo, propondo uma educação onde a temática étnico-racial não fique relegada a um dado momento do planejamento, ou perdida numa “data comemorativa”. A temática deve ser abordada todo o ano, incorporando-se às vivências cotidianas e libertando-as de preconceitos, intolerância, silenciamento. O que já nos remete ao princípio ético: diálogo, respeito mútuo, troca de idéias, acolhimento. Os fundamentos éticos dão sustentação às relações que se desenvolvem no ambiente escolar ou entre os diversos órgãos que constituem o sistema educacional de ensino. A ética oferece parâmetros de relacionamento, diálogo e consecução participativa das ações propostas. A ética pressupõe a escuta, o diálogo, a reflexão crítica, a honestidade para com o outro, a alteridade e o respeito à diversidade. Os fundamentos éticos permitem que possamos construir propostas realmente plurais, onde todos e todas estão incluídos (com suas culturas, singularidades, expressividade, cosmo visão).

Analisamos, a seguir, como a escola exerce a sua função social ao trabalhar com os conteúdos escolares, constatamos que as aulas são muito agradáveis de forma geral. Há muitas atividades diversificadas. Há também muita diferença entre o método e o “jeito” de cada professor e professora. Os alunos são convidados a participar sempre sendo sujeitos do processo educacional. Existem aulas teóricas e aulas práticas. Há muito trabalho com material manipulativo. Há utilização de 100% da quadra poli - esportiva e utilização sistematizada da biblioteca e do laboratório de informática.

Alguns trabalhos estão ligados ao diagnóstico e ao memorial, recursos que trazem para a escola o universo e as vivências dos alunos na comunidade e nas famílias.

Nossa organização será em ciclos que ampliam o tempo de aprendizagem e redistribuem os conteúdos escolares, possibilitando aos alunos avanços sucessivos na

apropriação do conhecimento. Na perspectiva dos ciclos, é possível tornar o ensino mais adequado ao ritmo e ao desenvolvimento dos alunos, assegurando-lhes condições de realizar, com sucesso, sua trajetória escolar. A escola conta, em 2011, com 1º, 2º, 3º e 4º Ciclos.

Adoção de forma curricular em Ciclos de Formação Humana que melhor resguarde identidade com a modalidade de oferta, organização dos conteúdos de ensino em áreas de estudo de forma interdisciplinar, mediante projetos pedagógicos, temas geradores/eixos, possibilitando o diálogo entre as diferentes áreas do saber, ensejando o desenvolvimento de competências e habilidades.

Tempo Escolar

Uma importante função da escola está diretamente relacionada com a formação do homem mediante as suas necessidades em um mundo globalizado. Nesse sentido, as capacidades de ler e escrever, bem como as capacidades cognitiva e operativa, devem ser trabalhadas tendo como objetivo final a formação plena do educando. Assim é de extrema importância que a organização dos tempos e espaços escolares seja aplicada com o intuito de conservar os objetivos e funções da escola.

Estamos organizados de forma pré-determinada legalmente, ou seja, em Ciclos de Formação Humana, que envolve os alunos do 1º ao 4º ciclos. O 1º ciclo atende aos alunos de 6, 7 e 8 anos, o 2º ciclo atende aos alunos de 9 e 10 anos, o 3º ciclo atende aos alunos de 11 e 12 anos e o 4º ciclo os alunos de 13 e 14 anos. Para os alunos com defasagem idade/ciclo temos o sistema de correção de fluxo, que atende prioritariamente os alunos do 1º e 2º ciclos que não foram alfabetizados dentro do prazo estabelecido. Os alunos também têm acesso ao programa de escola de tempo integral (Escola da Gente) que funciona no contra turno (quem estuda de manhã participa à tarde e vice-versa). No terceiro turno temos três turmas do 1º segmento da EJA (Educação de Jovens e Adultos) e cinco turmas do 2º segmento. A partir daí são feitas as organizações por turno, considerando-se as exigências advindas da realidade, que nos permite

pensar novas formas de estruturação deste tempo: sessões de aula, quadros de horários, organização de turmas, calendário escolar, reuniões pedagógicas, atividades de planejamento e replanejamento, períodos de avaliações, períodos de recuperação, atividades sócio-culturais e esportivas, reuniões de pais e mestres, desenvolvimento de projetos, atividades extra-classe, trabalhos de campo, dentre outras. Segundo Cavaliere (2007),

“é preciso considerar ainda que, em cada circunstância histórica ou local, o tempo da escola é sempre função de diferentes interesses e forças que sobre ele atuam. Essas forças têm as mais diversas naturezas e origens, tais como o tipo de cultura familiar predominante, o tipo de visão acerca da formação geral da criança e do adolescente, o tipo de associação entre educação escolar e políticas públicas de assistência social ou de preparação para o trabalho” (p.1018).

Nesse sentido são feitas as adaptações necessárias para viabilizar atendimentos de forma que haja a contribuição e a participação da família na vida escolar de seu filho, no que diz respeito ao processo de ensino-aprendizagem.

A Escola da Gente, educação de tempo integral funciona em dois pólos: Sítio Teodoro e Associação de Moradores do bairro São João. Contamos com monitores universitários que desenvolvem várias oficinas com os alunos, dentre elas: reciclagem, judô, jornal escolar, informática, dança, letramento e matemática (reforço escolar), cine-clube, pintura, recreação e música (coral).

Processos de decisão

A escola, assim como outras instituições da sociedade dispõe de uma hierarquia para que as coisas funcionem bem. As escolas da Rede Municipal de Betim são acompanhadas e orientadas por uma equipe de profissionais da SEMED (Secretaria municipal de Educação) e a partir de suas orientações é que são tomadas as decisões dentro da escola.

A estrutura e Organização da Escola estão previstas no Regimento Escolar, mas a administração é compromisso de muitos e em vários níveis. Assim a democracia se faz através das eleições, onde *Funcionários, Alunos e Pais*, de maneira consciente, elegem aqueles que estarão à frente da Escola.

A administração moderna de uma organização escolar enfrenta os desafios de manter seus colaboradores comprometidos e auto motivados com a missão da instituição, de

proporcionar um clima de confiança e participação que permita às pessoas compartilharem seus potenciais, propiciando e estimulando um processo de constantes aprendizagens e atualização do seu corpo de gestores, assessores e colaboradores. Descentralizando autoridades, valorizando e incentivando a iniciativa, a cooperação entre as pessoas, equipes, pois é na ação individual que se produz um resultado coletivo.

A administração da escola é responsável pela excelência da escola em sua atuação.

No ano de 2010 foi criado o Grêmio Estudantil. Suas principais atribuições estão relacionadas com atividades relacionadas aos alunos.

A começar pela escolha dos gestores, o processo pelo qual são escolhidos é a eleição direta com a participação de pais, alunos e funcionários da escola. Esse processo eleitoral acontece de dois em dois anos e podem se candidatar professores e funcionários da escola com critérios que são pré-determinados pela Secretaria de Educação em conjunto com o Sindicato dos profissionais em educação.

A escola conta com um regimento interno escolar e nele constam as regras que regem a escola e seu funcionamento. Nele contém as atribuições de cada função bem como os deveres e direitos dos alunos e funcionários. Este documento norteia os gestores nas orientações que são dadas aos funcionários do estabelecimento de ensino. No decorrer do ano letivo a SEMED envia para as escolas algumas portarias que atualizam algumas leis já existentes.

O Colegiado escolar é eleito sempre no início do ano letivo e conta com a participação de pais, alunos e funcionários de todos os segmentos da escola, sendo a sua composição atual de vinte e quatro pessoas, sendo doze titulares e doze suplentes. Têm um mandato de um ano e suas principais funções são: deliberativas, consultivas, fiscais e mobilizadoras.

As questões pedagógicas são norteadas pela equipe de profissionais que atualmente conta com cinco pedagogas distribuídas em três turnos de trabalho: duas no 1º turno, duas no 2º turno e uma no 3º turno.

As questões administrativas que surgem no dia-a-dia da escola são definidas em reuniões administrativas que envolvem o coletivo de funcionários. É quando ocorrem as discussões para decisões que não são tomadas pela SEMED. Geralmente ocorre uma votação e é acatada a decisão da maioria de votantes.

Em relação à vida escolar dos alunos, os pais são sempre convocados para reuniões periódicas, quando são tratados assuntos referentes à aprendizagem, aos programas da escola, aos eventos etc. Anualmente são feitas quatro reuniões de pais por turno, sendo uma geral no início de ano letivo e uma a cada etapa para entrega de resultados daquele período. As reuniões são presididas pela direção e equipe de pedagogas em cada turno.

Relações de trabalho

A instituição Escola apresenta em sua estrutura funcional as relações entre os diversos segmentos que a compõe e isso é que faz com que os estabelecimentos escolares se constituam em espaços de ensino aprendizagem. A interação entre os membros da comunidade escolar constitui-se o fator principal para que a escola desempenhe o seu papel de articulador e facilitador da aprendizagem.

Na Escola Municipal Gino José de Souza há um clima agradável de trabalho, onde a equipe de profissionais se preocupa com a necessidade da participação efetiva de pais e alunos no cotidiano escolar.

A escola conta com os seguintes segmentos: Direção, gestor da Escola da Gente, secretaria, técnicos de secretaria, pedagogos, professores, monitores da Escola da Gente, técnicos de biblioteca, estagiários do CRAEI (Centro de Referência e Apoio à Educação Inclusiva), agentes de serviços escolar, agentes de limpeza, totalizando 123 (cento e vinte e três) funcionários. As atribuições de cada função encontram-se no Regimento Escolar e estão diretamente relacionadas com o bom andamento da escola.

A Direção tem a função de coordenar o funcionamento de toda a escola de acordo com o Projeto Político Pedagógico e com o Regimento Escolar, dando suporte ao trabalho pedagógico e trabalhando integralmente com os demais segmentos da escola.

Os professores são divididos em dois grupos: PI, que atendem aos alunos dos 1º e 2º ciclos e PII, que atendem aos alunos dos 3º e 4º ciclos. Suas principais atribuições estão relacionadas a estratégias para garantir que o aluno tenha uma educação de qualidade (1) O setor da secretaria está incumbido da parte dos registros e da documentação da escola. Tem

como principais funções garantir que as documentações referentes à vida escolar dos alunos e documentação da unidade escolar estejam atualizados.

A equipe pedagógica, formada pelas pedagogas da escola, e orientadas por uma pedagoga da Secretaria de Educação, acompanha as questões relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem dos alunos e a ela é atribuída as funções que dizem respeito à organização, planejamento e implementação da proposta pedagógica da unidade escolar. Geralmente ocorrem encontros mensais ou bimestrais para se discutir os encaminhamentos e se tomar decisões que visem a melhoria de todo o processo ensino-aprendizagem. As agentes de serviços escolar e agentes de limpeza cuidam da parte física da escola, cuidando da limpeza, parte alimentícia e manutenção da limpeza. A biblioteca atende aos alunos em seu espaço próprio e desenvolve projetos relacionados à leitura. Suas principais atribuições estão diretamente ligadas a diversas práticas

Com o intuito de garantir que os objetivos da escola sejam alcançados, o coletivo de funcionários se empenha cada um em seu segmento, dando sua contribuição significativa no processo de ensino-aprendizagem. Nesse processo onde há a convivência de diversas pessoas, os conflitos não deixam de acontecer. As relações interpessoais em sua maioria ocorrem de maneira pacífica, mas, de vez em quando alguns desentendimentos acontecem. Geralmente os envolvidos são alunos (na maioria das vezes). Quando isso acontece os professores conversam em sala de aula, fazem o devido registro no Diário de Bordo da turma e, se houver necessidade o caso é encaminhado à direção para que outras providências sejam tomadas. Se o caso for considerado de urgência os pais são comunicados por telefone e os responsáveis convocados a virem na escola no mesmo dia. Os envolvidos assinam uma ocorrência registrada em livro próprio e dependendo do caso os pais ou responsáveis são convocados para comparecer no outro dia. Os desentendimentos entre funcionários praticamente não existem. Há uma convivência muito harmoniosa entre eles.

O grupo de profissionais da escola é composto por profissionais com diferentes níveis de escolaridade. Em cada segmento a formação é vista e vivida de uma maneira diferenciada. No grupo dos professores é que se nota-se maior empenho em dar continuidade à sua formação profissional. Sabemos que política de formação continuada no âmbito da escola, com vista à promoção da qualidade do ensino, deve estabelecer uma cultura de formação permanente que venha contemplar todos os seus servidores. Tal política deve ter como

objetivo principal a superação de uma prática pedagógica de viés elitista e excludente, que historicamente marcou a formação dos educadores brasileiros.

Devem ser implementadas para tanto medidas que possam melhorar a qualidade das relações de trabalhos e das relações interpessoais no âmbito escolar, contemplando o conhecimento do contexto histórico-social que possibilite aos servidores atuarem como agentes de transformação da realidade.

Os profissionais da escola participam efetivamente dos cursos e momentos de estudo e formação continuada oferecidas pela SEMED com o objetivo de melhorar a prática pedagógica.

O trabalho escolar demanda planejamentos diversificados e em geral é bastante amplo. Oliveira (2002) o concebe como a:

(...) forma como as atividades estão discriminadas, como os tempos são divididos, a distribuição das tarefas e competências, as relações de hierarquia que refletem relações de poder, entre outras características inerentes à forma como o trabalho é organizado. (...) organização escolar refere-se às condições objetivas sob as quais o ensino é estruturado. Das competências administrativas de cada órgão do poder público ao currículo que se pratica em sala de aula, passando pelas metodologias de ensino e processos de avaliação adotados, tudo seria matéria de organização escolar (OLIVEIRA, 2002, p. 131 e132).

Nesse sentido entendemos que a organização de todo o trabalho escolar abrange diversas áreas e não deve se restringir aos muros da escola. É preciso rever a função de cada participante no processo de ensino-aprendizagem para que se obtenha um resultado satisfatório.

Avaliação

A avaliação é um elemento crucial no contexto escolar por ser através dela que conseguimos detectar as falhas e a partir delas procurar rever algumas práticas e posturas. Nesse sentido a avaliação é vista como diagnóstica, por indicar o que deve ser feito para se alcançar os objetivos previamente determinados.

Nos últimos anos os governos federal, estadual e municipal instituíram algumas avaliações sistêmicas com o objetivo de avaliar o ensino em geral e fazer uma observação mais

critérioria de como as escolas estão lidando com a aprendizagem de seus educandos. Dentre outras podemos citar a Prova Brasil,, SIMAVE, ENEM, Provinha Brasil. Através dos resultados dessas avaliações, algumas intervenções são feitas no intuito de se mudar a realidade do ensino.

Em nível nacional, através da Prova Brasil, é gerado o IDEB (Índice de desenvolvimento da Educação Básica), que a cada ano tem um percentual estabelecido para cada escola. Para as escolas com um baixo índice do IDEB, o governo criou o PDE-Escola, com o intuito de melhorar o ensino em todo o país. Através deste programa a escola selecionada recebe uma verba que é destinada a gastos direcionados para melhorar a qualidade do ensino.

Segundo a CONAE,

“A educação com qualidade social e a democratização da gestão implicam a garantia do direito à educação para todos, por meio de políticas públicas, materializadas em programas e ações articuladas, com acompanhamento e avaliação da sociedade, tendo em vista a melhoria dos processos de organização e gestão dos sistemas e das instituições educativas. Implicam, também, processos de avaliação, capazes de assegurar a construção da qualidade social inerente ao processo educativo, de modo a favorecer o desenvolvimento e a apreensão de saberes científicos, artísticos, tecnológicos, sociais e históricos, compreendendo as necessidades do mundo do trabalho, os elementos materiais e a subjetividade humana”. (p.41)

Nesse sentido percebemos que a avaliação merece um destaque maior do que aquele que vinha sendo levado em consideração na escola.

A avaliação apresenta-se como uma das questões mais controversas no processo de ensino-aprendizagem, isto porque comumente avaliamos, considerando sempre a realidade como algo objetivo e estável. Neste enfoque, a avaliação assume a finalidade de proporcionar uma visão retrospectiva e/ou pontual sobre a aprendizagem e o medir de que foi aprendido, legitimando a função de: recapitulação (armazenamento) e seleção (promoção do aluno).

A proposta de avaliação da aprendizagem será realizada em função dos objetivos expressos nos planos, considerando os aspectos cognitivos, afetivos e psicossociais do educando, apresentando-se em três momentos avaliativos: diagnóstico, formativo e somativo,

além de momentos coletivos de auto e heteroavaliação entre os sujeitos do processo de ensino e aprendizagem.

A avaliação diagnóstica define estratégias do planejamento do professor, para que este possa estruturar e adequar as suas atividades ao longo do ano, às necessidades de aprendizagens dos alunos. A avaliação será contínua, diagnóstica, participativa, emancipatória e formadora e deve ser usada para favorecer as intervenções necessárias e redefinir ações.

A avaliação e o registro devem acontecer durante todo o trabalho, para que ele possa ser organizado, no momento necessário, coletivamente. Cada educador faz a avaliação, registrando avanços e/ou dificuldades dos educandos. A avaliação nesta proposta é um processo de ação-reflexão-ação.

O regimento da escola esclarece como acontece a verificação do rendimento escolar: avaliação, promoção, reorientação de aprendizagem, classificação e reclassificação, aceleração de estudos e avanço escolar e frequência. Esclarece como se dará a matrícula, o funcionamento do Conselho Pedagógico e Colegiado.

A avaliação formativa ajusta constantemente o processo ensino e de aprendizagem para adequar-se à evolução dos alunos, a fim de orientar as ações educativas, de acordo com o que será detectado na prática, mediante a observação continuada e permanente.

A avaliação somativa reconhece quantitativamente, se os alunos alcançaram os resultados esperados, por meio dos mais variados instrumentos de avaliação (provas, trabalhos, pesquisas, projetos, etc.).

Na auto-avaliação, o aluno analisa junto ao professor os êxitos e fracassos do processo de ensino aprendizagem, observando o material didático, a metodologia e o seu próprio desempenho.

A adoção de parâmetros individuais e coletivos de desempenho dos alunos é necessária, como forma de relacionar dos aspectos cognitivos, os emocionais e sociais, conseqüentes da ação educativa. Assim deverão ser criados espaços para a recuperação continuada da aprendizagem dos alunos em dificuldade no acompanhamento de estudos, por várias técnicas e instrumentos avaliativos, de forma que estes avancem sempre junto aos demais, procurando evitar a reprovação e/ou exclusão.

A avaliação de aprendizagem deve ser uma estratégia pedagógica substancialmente voltada para o direito de aprender. Aprender implica esforço reconstrutivo político, que privilegia atividades de pesquisa e elaboração própria, habilidades de argumentação e autonomia, saber pensar crítica e auto - criticamente, produção de textos e materiais inteligentes, com participação ativa envolvente. No dizer de Demo (2000, p.9), “(...) a aprendizagem é marcada profundamente pela virtude de trabalhar os limites em nome dos desafios e os desafios dentro dos limites”, a aprendizagem é, no seu âmago, expressão política e ética.

Os educadores têm como meta provocar mudanças específicas nos educandos, em seu comportamento, suas idéias, crenças, valores e atitudes. Evidentemente, sempre que pleiteamos mudanças, e, faz-se necessário pensar também na avaliação.

A avaliação de desempenho dos alunos deve ser entendida como um instrumento a serviço da aprendizagem, da melhoria do trabalho dos professores, do aprimoramento da escola. Avaliamos para olhar mais de perto nosso trabalho e replanejar nossas intervenções. Avaliamos para esclarecer aos alunos quanto aos seus pontos fortes e fracos, quanto aos conteúdos que merecem sua atenção, quanto a aspectos onde eles devem centrar esforços. Avaliamos para qualificar a aprendizagem, identificar problemas, encontrar soluções, aprender sempre.

Avaliaremos da seguinte forma: Memorial, Registro de Desenvolvimento do Educando (RDE), Portfólio, Conselho de Classe, Observação em sala de aula, Verificação de aprendizagem, Debates, Exposições de trabalho, Relatórios, Testes escritos, Testes orais, Auto-avaliação, Avaliação sócio-afetiva.

Assim pretendemos que no decorrer do ano letivo os alunos possam ter uma aprendizagem significativa, que contribua significativamente em sua formação crítica e cidadã.

As avaliações de funcionários só ocorrem quando os mesmos encontram-se em período probatório (período que corresponde aos três anos subseqüentes à data de admissão do funcionário) e sempre é realizada por meio de formulário enviado pela SEMED. Em relação ao trabalho desenvolvido pelos professores e demais funcionários são feitas colocações em reuniões pedagógicas que avaliam o trabalho como um todo e não somente um funcionário. Se algum professor está deixando a desejar, este é chamado até a Direção e pedagógico para

uma conversa em particular e é feita uma avaliação do seu trabalho, mas sem registros formais.

A avaliação do trabalho desenvolvido pelos professores e demais funcionários também são avaliados a cada final de etapa, quando ocorrem as reuniões de pais. Ao ser repassado aos pais a situações dos alunos, também é feita uma autoavaliação com professores para ver se as metas estabelecidas foram cumpridas ou não.

Considerações Finais

A escola apresenta-se hoje como uma das únicas e mais importantes instituições que tem participação efetiva na vida das crianças e adolescentes que por aqui passam.

O Projeto Político pedagógico constitui-se uma referência norteadora de todo o trabalho educativo da escola. Sua construção não é tarefa fácil e nem tão pouco findada. É de extrema importância sua constante reestruturação, sempre se adequando às demandas da instituição escolar. As ações devem ser revistas a todo tempo, havendo sempre as adaptações necessárias ao bom funcionamento da escola.

Desta maneira a escola trabalha para garantir ao aluno uma aprendizagem significativa e que lhe dê base para um futuro melhor.

Referências bibliográficas

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA. LDB, 1996

ALMEIDA, Rosilene Souza. **Projeto Político-Pedagógico na Educação de Jovens e Adultos: identidade do trabalho nas escolas ou instrumento burocrático?** In: Estudos em EJA – Projeto Político-Pedagógico na Educação de Jovens e Adultos, 2002, P. 135 a 151.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O Projeto Político-Pedagógico no contexto da gestão escolar. 2004.**

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A Construção Coletiva do Projeto Político-Pedagógico (PPP) na escola.**

SOUZA, Ângelo Ricardo de.[et al] **Níveis de Planejamento Educacional.** In: Planejamento e trabalho Coletivo. UFPR. Curitiba. Ed. Da UFPR, 2005, p. 27-42. 50p.

SOUZA, Ângelo Ricardo de.[et al] **Avaliação Institucional: A Avaliação da escola como instituição.** In: Caderno 4 da Coleção Gestão e Avaliação da escola Pública UFPR. Curitiba. Ed. Da UFPR, 2005, p. 32-38. 42p.

SOUZA, Sandra M. Zákia L., ***“Avaliação Institucional: elementos para discussão”***. Palestra realizada pela autora no seminário “ O ensino municipal e a educação brasileira”. São Paulo, 1999, In: Escola de Gestores da Educação Básica.

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **Documento Final do Conselho Municipal de Educação – CONAE**, 2010. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 30-05 -2010

NAVARRO, Ignez Pinto, et al. ***“Avaliação: o processo e o produto”***. Brasília: MEC/SEB, 2004, p. 38-40. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos escolares, caderno 2, parte VII e VIII) In: Escola de Gestores da Educação Básica.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. Planejamento: Projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 17 ed. São Paulo: Libertad, 2007.